



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

185

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000996-60.1994.8.17.0001 (0264834-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INACOLHIMENTO. VEREDICTO QUE ENCONTRA APOIO NOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. PLAUSIBILIDADE DA QUALIFICADORA. OPÇÃO DO JÚRI POR UMA DAS TESES APRESENTADAS NOS AUTOS. PENA. MANUTENÇÃO. ADEQUADA ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ARTIGO 59 DO CP. – À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

1. A decisão do júri só deve ser anulada quando totalmente dissociada do conjunto probatório, o que não ocorre *in casu*,

em que a autoria do crime é certa na pessoa do réu e em que a qualificadora aplicada encontra apoio nos autos. Ademais, a decisão foi baseada em uma das teses apresentadas no transcorrer do processo, pelo que não se pode falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

184

2. Não há motivo para a modificação do *quantum* da pena, na medida em que este foi fixado após fundamentação idônea pela juíza de primeiro grau, a qual efetuou uma minuciosa e coerente análise das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP.

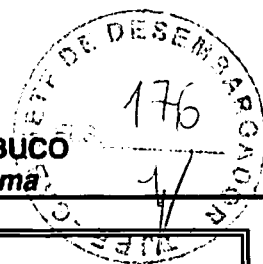
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000996-60.1994.8.17.0001 (0264834-4), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em negar provimento ao recurso interposto pelo réu.

Recife, 22 de março de 2013 .


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000996-60.1994.8.17.0001 (0264834-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por **CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS**, vulgo "Pinga Fogo", em face de decisão tomada na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, condenando-o a 16 (dezesseis) anos de reclusão pela prática de crime tipificado no artigo 121, §2º, inciso IV, do Código Penal.

Relata a denúncia que, no dia 03 de novembro de 1989, no interior do quarto em que trabalhava e dormia a vítima Maria Lúcia da Silva, na Travessa Brasília, nº 23, no Bairro da Imbiribeira, nesta Capital, o acusado, pela madrugada, terminou por assassiná-la de uma maneira fria e perversa, desferindo-lhe vários golpes de faca.

Consta da exordial acusatória que o delito teve como móvel o fato de a vítima, naquele fatídico dia, encontrar-se tomando bebida alcoólica, na companhia de alguns amigos, em frente ao seu local de trabalho, tendo o acusado – seu companheiro - ali chegado no final da tarde e ficado enciumado, pelo que, quando eles foram dormir, este

resolveu assassiná-la de maneira impiedosa, sem dar-lhe qualquer chance de defesa.

Inconformado com a sentença condenatória, o réu interpõe o presente recurso de apelação, aduzindo que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos.

Diz, basicamente, que as provas produzidas contra ele são frágeis, baseando-se a condenação apenas nos depoimentos de três pessoas que não presenciaram o crime. Aduz que sequer a arma utilizada no homicídio foi apreendida. Afirma, ainda, que, na verdade, estava na casa de sua mãe, localizada em outro bairro, no momento da ação delituosa, de modo que não poderia ter cometido o assassinato. Alega, também, que a qualificadora reconhecida pelo júri não restou configurada nos autos. Por tais razões, pugna pela anulação do julgamento.

De outra parte, pede o apelante o redimensionamento da pena aplicada, por ser primário e possuir bons antecedentes.

Nas contra-razões, às fls. 159/160, o ilustre Representante do Ministério Público com exercício junto àquela Vara Criminal requer que seja negado provimento do apelo.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça também opinou pelo não provimento do recurso.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 01 de novembro

de 2012.

Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

187

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000996-60.1994.8.17.0001 (0264834-4)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr(a). Procurador(a).

CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS foi condenado a 16 (dezesseis) anos de reclusão pela prática de crime previsto no artigo 121, §2º, inciso IV, do Código Penal, por força de decisão proferida na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Inconformado, o réu interpõe o presente recurso, alegando que a decisão do Conselho de Sentença é manifestamente contrária à prova dos autos e que houve erro quando da aplicação da pena.

Diz que as provas produzidas contra ele são frágeis, baseando-se a condenação apenas nos depoimentos de três pessoas que não presenciaram o crime. Aduz que sequer foi apreendida a arma utilizada no homicídio. Afirma que, na verdade, estava na casa de sua

mãe, em outro bairro, no momento da ação delitiva, de modo que não poderia ter sido o autor do fato. Alega, também, que a qualificadora reconhecida pelo júri não restou configurada nos autos. Por tais razões, pugna pela anulação do julgamento a fim de que a outro seja submetido. 188

De outra parte, pede o redimensionamento da pena, sob a alegação de que é primário e de bons antecedentes.

Pois bem.

De início, cabe-nos destacar que a materialidade do delito se encontra devidamente comprovada através da Perícia Tanatoscópica à fl. 24, onde consta que a vítima faleceu em decorrência de "hemorragia interna decorrente de ferimentos penetrantes do tronco por instrumento pérfuro-cortante".

No mais, entendo que existem provas suficientes nos autos da autoria do crime, o que se pode constatar, de logo, a partir dos depoimentos colhidos.

Com efeito, afirmou a testemunha Rosângela Paula da Silva, ao ser ouvida em juízo, que:

"... dormia na casa, enquanto a vítima dormia no bar, esse ligado à residência; (...) que no dia do fato a vítima dormia em companhia do acusado, no bar; que no dia seguinte o filho menor da vítima, ao abrir a porta, a encontrou morta; que a vítima era companheira do acusado; que no dia do fato a vítima estava bastante alegre e, quando o acusado chegou, ela colocou o seu jantar; que o acusado chegou junto à informante e pediu a ela para lhe dar um dinheiro que ele a mandou guardar; que o acusado pediu também para a informante avisar ao seu amigo Valter que sairia mais cedo do que pensava; que o acusado tinha bastante ciúme da vítima; (...) que a vítima e o acusado estavam dormindo no bar em razão da genitora da declarante haver viajado; (...) que na delegacia, a informante tomou conhecimento de que o acusado aplicou a primeira facada na garganta da vítima" (fls. 37/37v).

Também perante a autoridade judiciária, a testemunha Maria de Lourdes da Silva Conceição destacou:

"... que a vítima era companheira do acusado; que no dia do fato o acusado e a vítima dormiam no bar e os comentários foram que durante a noite ele a matou com golpes de faca-peixeira; que segundo comentários o acusado aplicou sete facadas na vítima; que o acusado tinha um ciúme doentio da vítima e por essa razão ele a matou; (...) que quem encontrou o corpo da vítima estirado na cozinha, foi o seu filho pequeno; que desde a época do fato o acusado tomou destino ignorado" (fl. 38).

Por sua vez, a testemunha Maria da Penha Silva, ao prestar depoimento na delegacia, disse:

"Que no dia 03 do mês de novembro corrente, por volta das 08:00 horas da manhã, ela a depoente se encontrava em sua residência, supra endereçada, quando ali chegou, atônita, sua sobrinha em segundo grau, Rosângela Paula da Silva, a qual, desesperada, relatou-lhe que sua sobrinha Maria Lúcia da Silva, de apenas vinte e um anos de idade, solteira, autônoma, genitora de três filhos, fora assassinada pelo seu companheiro, de prenome Carlos, também conhecido por 'Pinga Fogo', com quem a vítima vivia maritalmente há cerca de três anos, não tendo com ele filhos; (...) que a depoente desconhece o paradeiro do 'Pinga Fogo', que na manhã do crime, melhor, na manhã após a prática do crime, foi visto por uma vizinha de prenome Maria fora da residência do crime, lavando as mãos, isto por volta das 06:00 horas da manhã, segundo a mesma" (fls. 13/14).

A partir das provas testemunhais acima expostas, vê-se que o réu – ao contrário do que ele afirma – estava com a vítima no momento do crime, pois ali chegou para dormir, permanecendo até pela manhã, quando foi visto por volta das 06h00, lavando as mãos.

Logo, por ter sido o réu a última pessoa vista com a vítima antes de ela ser encontrada morta, resta evidente que a autoria do crime recai sobre ele, inclusive porque aparentemente nenhuma outra pessoa esteve no local do crime no momento em que este se deu, à exceção da vítima e do próprio acusado, que ali iriam dormir.

As testemunhas fazem referência, de outra parte, ao ciúme doentio do réu pela vítima, o que parece ter sido o móvel do assassinato.

Frise-se, ainda, que, após o dia do crime, o ora apelante não mais foi visto no local, só tendo sido encontrado, na verdade, mais de vinte anos depois, quando acabou por ser preso pela polícia.

De tal modo, vê-se que há prova suficiente nos autos a amparar o decreto condenatório.

Quanto à presença qualificadora da surpresa, tenho que se mostra plausível porque a vítima nunca poderia esperar uma reação tão violenta do acusado, ainda mais quando, de acordo com as testemunhas, eles nunca haviam tido nenhuma briga muito séria, apesar dos ciúmes dele. É certo, ainda, que eles estavam na casa de outra pessoa, uma amiga, e supostamente iriam dormir, de modo que não poderia passar pela mente da vítima que o réu tomasse tal atitude.

Logo, encontrando a decisão do Conselho de Sentença firme apoio no conjunto probatório, não se vislumbra motivo para a anulação do julgamento.

É importante frisar, de todo modo, que a decisão do Tribunal do Júri só deve ser reformada quando totalmente divorciada dos elementos probatórios carreados aos autos, o que não ocorre *in casu*. Bem assim, como o julgamento foi baseado em uma das teses apresentadas no decorrer do processo, não se pode acusar os jurados de terem decidido de forma manifestamente contrária à prova, conforme entendimento jurisprudencial corrente, como o que se vê:

TJMG: "Júri – Jurados que adotam uma das teses apresentadas para os fatos de que resultou a morte da vítima – Decisão que não pode ser considerada manifestamente contrária à prova dos autos – Inteligência do art. 593, III, d, do CPP. (...) Decisão manifestamente contrária à prova dos autos apta a ensejar a anulação do Júri e a afastar a soberania de

sua decisão é aquela que não tem apoio em prova nenhuma, é aquela proferida ao arrepio de tudo quanto mostram os autos, é aquela que não tem a suportá-la, ou justificá-la, um único dado indicativo do acerto da conclusão adotada. Se, ao contrário, a decisão se assenta em algum dos elementos de convicção, tendo os jurados adotado uma das teses apresentadas para os fatos de que resultou a morte da vítima, não há que se falar que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos, já que o advérbio 'manifestamente', usado pelo legislador no art. 593, III, d, do CPP, dá bem a idéia de que só se admite seja o julgamento anulado quando a decisão do Conselho de Sentença for arbitrária por se dissociar inteiramente da prova dos autos". (RT 780/653)¹.

Também deve ser mantido o *quantum* da pena, na medida em que calcado em minuciosa e coerente análise das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, as quais, em sua maioria, foram consideradas desfavoráveis ao réu. Ao contrário do que afirma a defesa, o Juiz Presidente reconheceu a primariedade do acusado, além de ressaltar que não havia elementos suficientes nos autos para o exame da conduta social dele. Outrossim, entendo que agiu bem o juiz ao avaliar negativamente a culpabilidade e a personalidade do réu, o motivo, circunstâncias e conseqüências do crime, bem como o comportamento da vítima, que em nada contribuiu para a conduta criminosa.

A meu ver, portanto, não há reparo a ser feito na sentença.

Por conseguinte, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso de apelação a fim de que seja mantida a decisão guerreada.

É COMO VOTO.



¹ In MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 11ª Edição. Editora Atlas. Pág. 1492.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº 0000996-60.1994-8.17.0001 (0264834-4)

APELANTE : CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA
REVISOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
COMARCA : RECIFE – 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
PROCURADOR : ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA SOBRINHO

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Carlos Francisco dos Santos**, contra a sentença de fls. 132/133, que, com base na decisão da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o condenou à pena de 16 anos de reclusão, em regime fechado, por infração ao artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Em razões recursais às fls. 140/157, sustenta, em síntese, que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestamente contrária à prova dos autos, e, por isso, deve ser anulada, para que possa ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal Júri. Alternativamente, enseja a redução da reprimenda aplicada.

Pois bem.

Infere-se da denúncia, que na madrugada do dia 03 de novembro de 1989, na Travessa Brasília, 23, Imbiribeira, nesta Capital, no interior do quarto em que dormia a vítima **Maria Lúcia da Silva**, local onde ela também trabalhava e vivia em companhia do apelante, este, fazendo uso de faca-peixeira, de maneira fria e perversa, desferiu-lhe vários golpes, cujos ferimentos foram a causa de sua morte.

Consta, ainda, que o motivo do crime teria sido porque a vítima, no dia fatídico, tomara bebida alcoólica com alguns amigos, isto em frente ao seu trabalho, tendo o denunciado chegado àquele local, no final da tarde, e, enciumado, quando foram dormir, a assassinou impiedosamente, sem dar-lhe oportunidade de defesa.

Examino:

A materialidade é incontroversa, estando demonstrada pela perícia tanatoscópica de fls. 24 e pela ilustração fotográfica à fls. 25.

No que concerne à tese de negativa de autoria, tenho que não assiste razão à defesa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Na hipótese vertente, o Conselho de Sentença optou pela tese esposada pela acusação, que guarda sintonia com o conjunto probatório produzido nos autos. Senão vejamos:

Em juízo, às fls. 37/verso, a tia da vítima ROSÂNGELA PAULA DA SILVA, narrou que:

"(...) dormia na casa, enquanto a vítima dormia no bar, esse ligado a residência; no dia do fato a vítima dormia em companhia do acusado, no bar; a vítima era companheira do acusado; no dia do fato a vítima estava bastante alegre e quando o acusado chegou, ela colocou o seu jantar; o acusado chegou junto à informante e pediu a ela para lhe dar um dinheiro que ele a mandou guardar; o acusado pediu também para a informante avisar ao seu amigo Valter, que sairia mais cedo do que pensava; o acusado tinha bastante ciúme da vítima; a vítima e o acusado estavam dormindo no bar, em razão da genitora da declarante haver viajado; a informante não chegou a ouvir qualquer barulho ou gemido naquele dia; na delegacia a informante tomou conhecimento de que o acusado aplicou a primeira facada na garganta da vítima; que quinze dias antes do fato, quando em um pic-nic, o acusado discutiu com a vítima, em razão dele querer dar numa colega dela; (...)".

MARIA DE LOURDES DA SILVA CONCEIÇÃO, às fls. 38, também asseverou que:

"(...) segundo comentários o acusado aplicou sete facadas na vítima; o acusado tinha um ciúme doentio da vítima e por essa razão ele a matou; a vítima nunca traiu o acusado; que tanto o acusado como vítima gostavam de beber; que não houve qualquer discussão entre o acusado e a vítima no dia do fato e não é do conhecimento da informante de que ele anteriormente tenha batido nela; (...)".

Essas declarações convergem em parte com o depoimento do acusado prestado às fls. 127/128, onde ele admitiu que esteve no local do crime, no Bar "pega-bebo", para se encontrar com a vítima. Disse, ainda, que: **"quando chegou nesse bar a vítima já se encontrava bebendo na companhia de uma mulher e de dois homens, Nado e Valter; se sentou à mesa por um período de 20 minutos, ... e se retirou indo para a casa da sua mãe; por encontrar a vítima com dois homens, retirou-se; apesar da vítima não ser sua companheira, teve algumas relações com ela;** a vítima sempre ia em seu trabalho, inclusive para pegar frutas e verduras; somente 15 dias depois, na CEASA, tomou conhecimento da morte da vítima; quem lhe deu essa informação foram os colegas de trabalho".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

O réu não conseguiu se desvencilhar da versão acusatória de que na noite do crime dormiu com a vítima no bar, e que antes de dormir a vítima lhe serviu o jantar. A versão de que teria ido para a residência de sua genitora, e que somente soube do evento delituoso 15 dias depois, não foi comprovado pelas pessoas por ele citadas, já que não as arrolou como testemunhas de defesa.

Logo, o conjunto probatório não corrobora com a versão apresentada pelo apelante.

A possibilidade de anulação do julgamento prevista no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, opera-se exclusivamente quando o Conselho de Sentença decide arbitrariamente, dissociado de toda e qualquer evidencia probatória, o que não é o caso dos autos.

Neste sentido, trago a seguinte decisão do STJ:

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. É inegável que à instituição do júri, por força do que dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República, é assegurada a soberania de seus veredictos.

2. O artigo 593, inciso IV, alínea "d", do Código de Processo Penal, todavia, autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, é de ser anulado o julgamento proferido pelo Tribunal Popular.

3. De tanto, resulta que, oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, em sede de apelação, desconstitua a opção do Tribunal do Júri - porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária.

5. Recurso especial improvido". (g.n) (STJ - REsp 622.129/PA, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 11.10.2005, DJ 28.11.2005 p. 344.).

Passo a examinar a insurgência contra a dosimetria da pena.

O Juiz Presidente do Tribunal do Júri, ao fixar a pena definitiva do acusado em **18 (dezesseis) anos de reclusão**, fundamentou sua decisão nos seguintes termos (fls. 132/133):

"(...) A culpabilidade do réu foi intensa e exige forte grau de censura, vez que atuou com dolo direto, ou seja, orientou a sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

conduta com firme propósito de eliminar a vítima. Segundo certidão contida nos autos o réu não possui antecedentes criminais. Também não existem elementos para aquilatar a sua conduta social. A personalidade do réu é a de uma pessoa possessiva, pois ciumento. Fria também, já que capaz de matar a mulher com a qual se relacionava, somente por ciúmes. A motivação do crime não milita em favor do réu, vez como se viu acima, agiu apenas motivado pelo seu ciúme. A vítima foi morta em circunstâncias desfavoráveis, pois se encontrava dormindo tranquilamente com seu companheiro do qual, certamente, não esperava ser alvo de tamanha agressão. Observa-se a quantidade de golpes e sedes de lesões, explicitados na perícia tanatoscópica, que o réu agiu com fúria, a ponto de desfigurar o rosto por meio de golpes com uma faca peixeira. A conseqüências do ato delituoso não foram somente devastadoras para a vítima, que perdeu a vida, mas para sua família, em particular para o filho menor que ficou desamparado, material e psicologicamente. Por fim, observo que o comportamento da vítima nada pode ser extraído em favor do réu (...)"

Como observado, inexistente a alegada exacerbação relativamente à fixação da pena-base acima do mínimo legal, no caso, **18 anos de reclusão**, haja vista que tal majoração restou fundamentada.

Ressalte-se que o legislador conferiu discricionariedade ao Juiz para aplicar a pena dentro dos limites previstos no preceito secundário de cada delito, o quanto baste para a prevenção e reprovação do crime.

Isto posto, meu voto, em consonância com o parecer ministerial, é **pelo improvimento do apelo, mantendo-se na íntegra a sentença vergastada.**

É COMO VOTO.

Recife, 22 de Março de 2013.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Revisor

APELAÇÃO Nº 0000996-60.1994-8.17.0001 (0264834-4)